

UM LUGAR DE COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE COM A SOCIEDADE

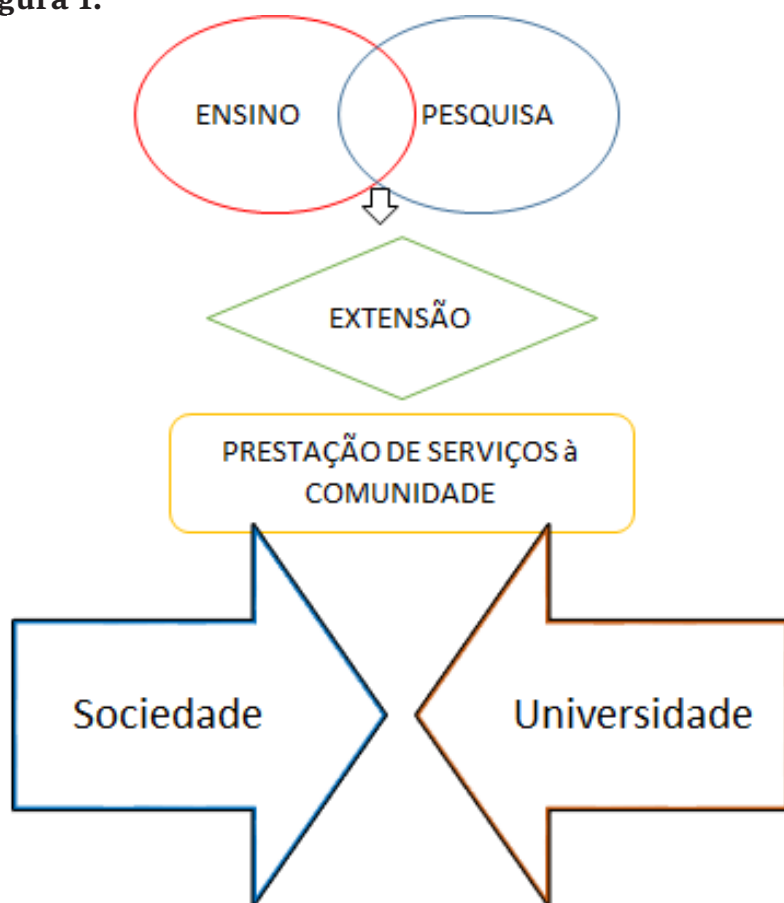
Maria do Patrocínio Tenório Nunes¹

Objetivos: integrar ensino e pesquisa, resultando na promoção de serviços à comunidade, promovendo intercâmbio entre universidade e sociedade.

A universidade brasileira apoia-se sobre três pilares – ensino, pesquisa e extensão. A extensão, uma das funções centrais da universidade, condiciona-se a diferentes concepções e práticas, além de circundada por dicotomias, contradições e conflitos.¹

A prática de atividades de Extensão Universitária, no Brasil, remonta ao início do século XX, simultaneamente com a criação do Ensino Superior. Suas primeiras manifestações foram os cursos e conferências realizados na Universidade Livre de São Paulo, em 1911, e as prestações de serviço da Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa e Lavras, desenvolvidos na década de 1920. A primeira segue influência inglesa e a segunda influência americana.²

Figura 1.



Curiosamente, ações desenvolvidas no período da Ditadura Militar no Brasil, deram ensejo ao desenvolvimento de dois projetos - em 1966, do Centro Rural de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e do Projeto Rondon, em 1967. Ambos propiciaram, aos estudantes do ensino superior, experiências nas comunidades, possibilitando-lhes participar das condições de vida, na esfera rural. Ainda nesta fase da história nacional a Lei Básica da Reforma Universitária (Lei n. 5.540/68), fixou as normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola de ensino médio. O artigo 20 da citada Lei reza que:

Art. 20. As universidades e os estabelecimentos isolados

de ensino superior estenderão à comunidade, sob forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa que lhes são inerentes (BRASIL, 1968).

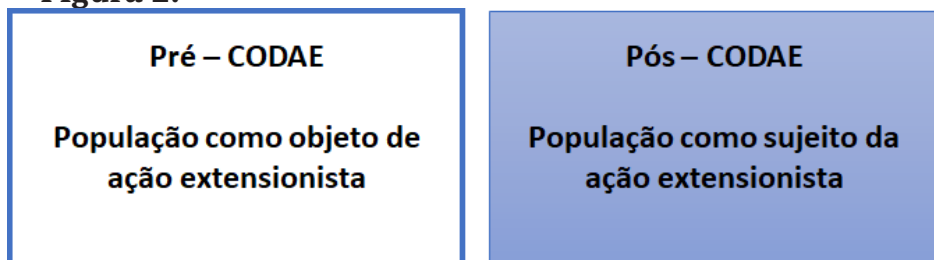
E o artigo 40, Capítulo III - Corpo Discente, estabelece que:

Art. 40. As instituições de ensino superior:

a) por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968);

Em 1970 o Ministério da Educação e do Interior conceberam a Comissão Mista CRUTAC/MEC - Campus Avançado/MINTER com o encargo de propor medidas destinadas à institucionalização e ao fortalecimento da Extensão Universitária. Tal Comissão criou a Coordenação das Atividades de Extensão (CODAE), em 1974, cujo Plano de Trabalho de Extensão Universitária voltou-se para o atendimento das organizações e populações, com retroalimentação e troca de saberes acadêmico e popular.

Figura 2.

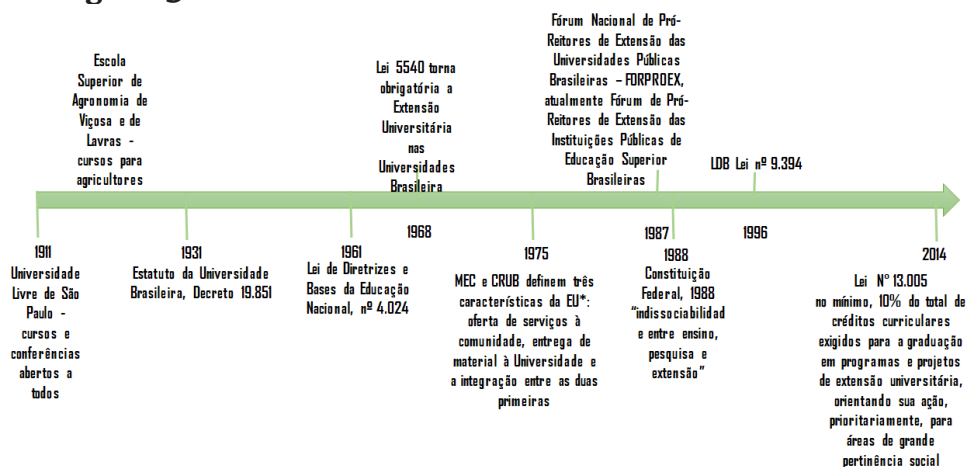


Segundo pesquisadores do assunto, a Extensão Universitária surge na Inglaterra, na segunda metade do século XIX, vinculada com a ideia de EDUCAÇÃO CONTINUADA, destinada àqueles que não se encontravam nas universidades. Tempos depois surge também nas Universidades americanas, com prestação de serviços em áreas rurais e urbanas (MEDEIROS, 2017; NOGUEIRA,

2001).

Na Europa as experiências extensionistas foram de a) caráter religioso, com ações filantrópicas de atendimento aos mais pobres; b) revolucionárias, (universidades populares da Europa) que vislumbraram a liberdade e influenciaram fortemente os países latino-americanos. De modo geral tais experiências decorreram do questionamento por professores e alunos quanto à relação da educação superior com a sociedade. Em Cambridge, na Inglaterra, as experiências tomaram caráter acadêmico por meio de palestras, conferências e ações técnicas, associadas a programas de desenvolvimento social (MIGUENS; CELESTE, 2014).

Figura 3.



Cronologia e Marcos da Extensão Universitária no Brasil

Para Andrade, R.M.M:

A extensão universitária (...), poderá vir a constituir-se em espaço profícuo de democratização do conhecimento, enquanto se organiza como núcleo gerador de integração de servidores docentes, técnicos, discentes e comunidade extensionista, potencializador do diálogo, da participação coletiva, da construção da aprendizagem, da formação acadêmica e cidadã transformadora da realidade existente.

De acordo com Andrade, em 1938 a criação da União Nacional dos Estudantes (UNE), sob influência do movimento estudantil latinoamericano (Movimento de Córdoba, 1918) inicia a relação entre universidade e sociedade, por meio de propostas de extensão universitária favorecedoras de divulgação e alcance das classes populares, numa discussão sobre os problemas vivenciados pelo país de então. Vários professores dedicavam-se a projetar a construção do Brasil, a partir da participação reflexiva e autônoma da população sobre os temas de seu interesse.

Documento elaborado FORPROEX (2012), assegurou objetivos da extensão universitária, ainda bem atuais, dos quais se destacam:

- 1. Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;**
- 2. Conquistar o reconhecimento, por parte do poder público e da sociedade, para a Extensão Universitária como dimensão relevante da atuação da Universidade integrada a uma nova concepção de universidade e a seu projeto político institucional;**
- 3. Contribuir para que a extensão universitária interfira na solução dos grandes problemas sociais do país;**
- 4. Conferir uma certa unidade aos programas temáticos que se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;**
- 5. Estimular atividades de extensão cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;**
- 6. Criar as condições para a participação da universidade na**

elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;

7. Possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e disponibilização de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país;

8. Defender um financiamento público transparente e unificado destinado à execução das ações extensionistas em todo território nacional, viabilizando a continuidade dos programas e projetos das universidades;

9. Priorizar as práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais (habitação, produção de alimentos, geração de emprego, redistribuição da renda, entre outras) relacionadas com as áreas de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, saúde, meio ambiente, tecnologia e produção e trabalho;

10. Estimular a utilização das tecnologias disponíveis para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação em todos os níveis;

11. Considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;

12. Inserir a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;

13. Tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;

14. Valorizar os programas de extensão interinstitucionais,

sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade;

15. Atuar, de forma solidária, para a cooperação internacional, especialmente a latinoamericana (FORPROEX, 2012).

Regulamentação da extensão nos cursos superiores no Brasil

O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, o CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO e a CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR por meio da RESOLUÇÃO Nº 7, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2018 estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 - 2024.³

Em seu artigo 1º a resolução estabelece que as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior:

Art. 1º - Ficam instituídas, por meio da presente Resolução, as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, que define os princípios, os fundamentos e os procedimentos que devem ser observados no planejamento, nas políticas, na gestão e na avaliação das instituições de educação superior de todos os sistemas de ensino do país.

Tal resolução é composta por 4 capítulos (Concepção, Diretrizes e Princípios; Avaliação; Registros e Disposições Gerais). Situa a Extensão na Educação Superior Brasileira como atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico

3 Resolução CNE/CES 7/2018. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de dezembro de 2018, Seção pp. 49 e 50. (**) Retificação publicada no DOU de 18/2/2019, Seção 1, p. 28: Na Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 19/12/2018, Seção 1, pp. 49 e 50.

e tecnológico. Destina -se a ação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Destaca-se o percentual de extensão mínimo que deve ocorrer em cada curso superior, conforme artigo 4º:

Art. 4º As atividades de extensão devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária curricular estudantil dos cursos de graduação, as quais deverão fazer parte da matriz curricular dos cursos;

A Avaliação (artigo 11º) prevê:

- a) A autoavaliação da extensão, com identificação da pertinência da utilização das atividades de extensão na creditação curricular
- b) A contribuição das atividades de extensão para o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional e dos Projetos Pedagógico dos Cursos;
- c) A demonstração dos resultados alcançados em relação ao público participante.

O processo de avaliação deve ser explicitado em instrumentos e por meio de indicadores, ocorrendo ainda, avaliação externa, por meio do Instituto Anísio Teixeira (INEP), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

As instituições devem incluir em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI):

- a) A concepção de extensão, aplicado na formulação dos projetos pedagógicos dos cursos superiores,
- b) O planejamento e as atividades institucionais de

extensão;

c) A forma de registro a ser aplicado nas instituições de ensino superior, com as modalidades de atividades de extensão que serão desenvolvidas;

d) As estratégias de creditação curricular e de participação dos estudantes nas atividades de extensão;

e) A política de implantação do processo autoavaliativo da extensão, as estratégias e os indicadores que serão utilizados

f) A previsão e as estratégias de financiamento das atividades de extensão.

A USP oferece multiplicidade de atividades de cultura e extensão envolvendo todas as suas unidades e campi.⁴

A arte em suas mais diversas manifestações está presente na Universidade. São espaços, atividades e grupos que colocam a USP como centro de criação e difusão de música, cinema, teatro e outras expressões culturais.

A extensão no campo das artes conta com Teatro, Editora, Cinema, Coral, Orquestra Sinfônica, Câmara e Filarmônica. Há um conjunto interessante de Museus: Centro de Divulgação Científica e Cultural - CDCC; Centro de Preservação Cultural - Casa de Dona Yoná; Centro Universitário Maria Antonia; Museu da Educação e do Brinquedo; Museu de Anatomia Veterinária; Museu de Arqueologia e Etnologia; Museu de Arte Contemporânea; Museu de Geociências; Museu Luiz de Queiroz; Museu Paulista; Museu Oceanográfico; Museu de Zoologia; Museu Republicano de Convenção de Itu; Parque Cientec; Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos.

Em relação aos esportes, os Centros Esportivos (São Paulo,

⁴ Disponível no Sistema Apolo: <https://uspdigital.usp.br/apolo>

São Carlos e Ribeirão Preto) propiciam espaços para a prática de exercícios e esportes para toda a comunidade.

Extensão em saúde ocorre nos diversos níveis de atenção, envolvendo todas as profissões da saúde: Hospital Universitário; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto; Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais de Bauru; Hospital Veterinário da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia; Hospital Veterinário da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos; além de atividades em atenção primária e desenvolvimento de tecnologia em saúde.

Atividades de extensão

Prática profissionalizante: visa aprimorar o exercício da atividade profissional

Programa de atualização: visa desenvolver junto ao interessado conhecimento ou técnica em determinada área ou disciplina

Residência Médica: visa o aprofundamento do conhecimento científico e proficiência técnica por meio de treinamento em serviço e deverá respeitar as normas vigentes sobre Residência no país

Residência em área profissional da saúde: modalidade multiprofissional

Residência em área profissional da saúde: modalidade uniprofissional

Dezenas de cursos e atividades.

A plataforma digital *Conexões USP-Periferias* traz a

relação de pessoas, grupos e unidades da Universidade de São Paulo gerando conhecimentos sobre as periferias. Trata-se, portanto, de ação indireta que busca auxiliar no encaminhamento de soluções para problemas crônicos e crescentes.

A iniciativa integra o projeto Democracia, Artes e Saberes Plurais (Dasp) da Cátedra Olavo Setubal de Arte, Cultura e Ciência da USP. A base de dados multidisciplinar pode ser utilizada por vários segmentos da sociedade para elucidar questões relativas à desigualdade, à falta de direitos e às violações de direitos. A plataforma busca difundir os estudos e conhecimentos sobre os problemas práticos da vida das pessoas das periferias e favelas incluiu 3.474 registros, sendo 1.617 teses e dissertações, 622 publicações (livros, capítulos de livro, produção didática ou artística, textos de jornal ou internet, relatórios técnicos), 623 artigos de periódicos acadêmicos, 491 trabalhos de eventos e 121 trabalhos de conclusão de curso de graduação. Foram sistematizadas 336 disciplinas, sendo 189 de graduação e 147 de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Há 125 docentes especialistas na temática, em todas as unidades de ensino da USP. Foram identificados 62 coletivos (27 forneceram informações por meio de entrevistas). As ações de extensão somam 101 (18 editais regulares de apoio financeiro a novos projetos docentes e discentes, 07 programas permanentes de integração Universidade-comunidade ligados à Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária da USP, 07 Núcleos de Apoio à Cultura e à Extensão-Nace, 14 cursos pré-vestibulares destinados à população de baixa renda e 55 iniciativas de extensão e cultura desenvolvidas por professores, estudantes e funcionários (COSTA, 2021).

Avaliação crítica da produção em extensão da universidade de São Paulo

Dados revelam a participação efetiva da Universidade em cultura, esportes, saúde, meio ambiente, produção de alimentos, direito humanos e justiça, comunicação, educação, tecnologia e desenvolvimento sustentável. Além dos exemplos dados, muitas outras ações diretas e indiretas extensionistas envolvem todas as áreas de conhecimento, reinantes na Universidade.

A pandemia do vírus SARS COV - 2 impulsionou muitas dessas ações da Universidade de São Paulo, em todos os seus campi, unidades e áreas do conhecimento. Diariamente na linha de frente, variados especialistas, aprendizes e docentes assistiram diretamente à milhares de pessoas; estudiosos e pesquisadores se desdobraram em dados epidemiológicos; de estudo do vírus, incluindo sequenciamento genético; estudos anatomopatológicos, terapêuticos e de ventilação mecânica, incluindo o desenvolvimento de aparelhos com agilidade e competitividade financeira; além de centenas de cursos, aulas, entrevistas, debates e simpósios sobre o tema. Muitos artigos científicos e estratégias de enfrentamento foram produzidos e compartilhados.

Destaca-se a ação da Universidade na pandemia como capaz de rápida e qualificadamente, atender aos pré-requisitos do documento elaborado FORPROEX (2012), reafirmando a extensão como indispensável à formação do estudante e à qualificação do professor, no intercâmbio com a sociedade; contribuindo para solução de problemas clínicos e sociais emergenciais, numa busca de unidade temática com outras universidades brasileiras e do mundo; de maneira multi e interdisciplinar. A Universidade participou diretamente da elaboração e execução de políticas públicas voltadas para a maioria da população; inovou e disponibilizou conhecimentos e

tecnologias, retornando com vigor o investimento público em pesquisas.

Em sessão plenária de liderança na reunião anual da Association of American Medical Colleges (AAMC) destacou-se que a missão tripartite tradicional da medicina acadêmica, qual seja, educação médica, atendimento clínico e pesquisa - não é mais suficiente para alcançar a justiça na saúde para todos.

É preciso “expandir diálogos comunitários contínuos e bidirecionais que ampliem o que é possível no serviço ao que é necessário”. Deve-se criar caminhos contínuos para ouvir e aprender com as necessidades, experiências vividas, perspectivas e sabedoria dos pacientes, famílias e comunidades. Significa trabalhar com organizações baseadas na comunidade em verdadeira parceria para identificar e atender às necessidades e, em conjunto, desenvolver, testar e implementar soluções. Requer reunir os conceitos de assistência médica e saúde pública/populacional e abordar as causas fundamentais das iniquidades em saúde (11).

Os autores conclamam as instituições acadêmicas a fazerem mais para construir uma forte rede de colaboradores em saúde pública e populacional, governo, grupos comunitários e setor privado.¹¹

É possível expandir tal reflexão para todas as áreas do conhecimento na Universidade. É preciso construir e valorizar esse espaço universitário-social-empresarial-político.

Recente experiência educacional modificou, definitivamente, o modo de conceber o ofício da docência, o que, a meu critério, possibilitaria salto qualitativo e quantitativo na Extensão Universitária.

A lição aprendida diz respeito à agilidade e qualidade do

encontro de soluções quando diferentes saberes se unem para avaliar desafios. O incremento citado deve contar com equipes compostas por diferentes profissões, em busca de soluções para problemas identificados, em comum acordo com a comunidade.

Aparentemente os eixos principais deverão ser:

1) Educação. Fundamento para soluções em diversos níveis e áreas. Impossível solucionar sem o apoio de todos. Talvez ponto basilar para um grande e substancial projeto da USP considerando desde a gestação até o término do ensino fundamental, como o fazem países de sucesso neste setor. Projeto voltado para a comunidade geral e para a universidade, com múltiplas interfaces.

2) Mobilidade urbana. Como engenheiros, urbanistas, profissionais de saúde, administradores, sociólogos, antropólogos, biólogos, dentre outros, poderiam se debruçar nas diferentes regiões das cidades, compondo grupos de trabalho, incluindo lideranças políticas, empresariais, religiosas e comunitárias, para a definição de pontos críticos e soluções.

3) Saúde. Contemplando infraestrutura básica e saneamento. Urbanistas, engenheiros, sociólogos, antropólogos e assistentes sociais, além de todos os profissionais de saúde certamente, por meio da escuta ativa poderão auxiliar os líderes comunitários, nos diferentes níveis sociais e culturais da sociedade a encontrar superação para os desafios atuais de saúde física e mental, com base em evidências científicas, por meio de soluções exequíveis e perenes.

4) Segurança e Violência. Processo interligado aos direitos fundamentais em saúde e educação, emprego, alimentação.

5) Alimentação segura, acessível e escalável.

6) Meio ambiente

7) Desenvolvimento Sustentável

8) Moradia e Urbanismo das periferias urbanas

Para atender aos pressupostos da Extensão Universitária há ainda alguns desafios a serem superados:

- . Desenvolvimento de projetos e programas concebidos diretamente pela interação entre a Universidade e as necessidades identificadas pela sociedade

- . Conceber tais projetos em termos de infraestrutura física, de recursos humanos e financeira, como cenários de desenvolvimento docente e de aprendizagem discente, favorecendo a formação interprofissional, fundada em problemas reais e cotidianos da comunidade que nos cerca.

- . Valorizar a Extensão na avaliação docente, como estímulo para o crescimento desta atividade universitária

- . Atuar politicamente para engajar os níveis municipais e estaduais respectivos no desenvolvimento e financiamento dos projetos

- . Engajar os empresários no desenvolvimento e execução de projetos, por meio logístico e financeiro.



Para o desenvolvimento desta proposta a interface externa com empresários e gestores públicos são pontes a serem construídas a partir de propostas lapidadas em comum acordo.

Internamente na Universidade caberá tornar valoroso e validado o exercício estudantil em tais campos de práticas, bem como desenvolvimento e a prática docente valendo para cada solução encontrada e implementada o mesmo peso de um artigo científico em uma revista de alto impacto para docentes e discentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBERTI, Philip; MALIKA, Feira; SKORTON, David J. Now Is Our Time to Act, *Academic Medicine*: August 24, 2021 - Volume - Issue - doi: 10.1097/ACM.0000000000004371.

BRASIL. LEI Nº 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. *Diário Oficial da União - Seção 1* - 29/11/1968, Página 10369 (Publicação Original). Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em 24 fev. 2022.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Manaus, 2012, p. 5-6.

MEDEIROS, Márcia Maria. A extensão universitária no Brasil - Um percurso histórico. *Revista Barbaquá*, 2017.

MIGUENS JR., Sérgio A. Q.; CELESTE, Roger K. A extensão universitária. Agosto de 2014 Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253645827_A_EXTENSAO_UNIVERSITARIA_-_Capitulo_de_Livro Acesso em 24 fev. 2022.

NOGUEIRA, Maria das D. P. Extensão universitária no Brasil:

uma revisão conceitual. Construção conceitual da extensão universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília (2001): 57-72.

NOGUEIRA, Maria das D. P. Construção Conceitual da Extensão Universitária na América Latina. Brasília: Universidade de Brasília, p.57-72. 2001.